

Ulysses acha cedo para pedir 4 anos

REJANE DE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

Ainda não será na reunião do diretório nacional do PMDB, marcada para o próximo dia 24, que o deputado Ulysses Guimarães se manifestará a favor do mandato de quatro anos para Sarney. Segundo um dos amigos de Ulysses, ele só deverá se posicionar publicamente sobre o assunto quando se aproximar a votação das disposições transitórias pela Constituinte. Apesar disto, Ulysses vem emitindo um sinal ostensivo: simplesmente parou de trabalhar pelo período de cinco anos, especialmente após a demissão do ex-ministro Bresser Pereira.

"O Ulysses está atento às ruas", observou o mesmo amigo do dirigente peemedebista, ao lembrar o seu passado político de "total afinamento" com a opinião pública. O presidente do PMDB está convencido de que o povo quer eleições este ano, mas não pretende precipitar qualquer definição pessoal antes do momento oportuno. "Em política, a pressa pode ser fatal", advertiu a fonte.

Não se imagine, porém, que Ulysses aguarda impassível a votação das disposições transitórias, onde está prevista a duração do mandato de Sarney. Além de ter liberado os amigos (vários já aderiram à tese quatroanista), vem costurando sua reaproximação com o chamado grupo histórico do PMDB, o mes-

mo que reivindica imediato rompimento com o governo. Desta forma, deseja manter desobstruídos os canais de comunicação com a ala de maior apelo popular do partido.

Em seu namoro com a facção autêntica, o presidente da Constituinte não encontrará dificuldades na pauta a ser cumprida pelo diretório nacional no dia 24. A proposta do grupo é de que seja reconhecido que o governo está se afastando da política preconizada pelo partido — e que haja reação sempre que os princípios programáticos forem deferidos. Não se trata, como se vê, de uma declaração formal de guerra, é antes uma reafirmação das bandeiras peemedebistas. Nada que o deputado Ulysses Guimarães não possa subscrever sem necessariamente devolver os cargos públicos a Sarney.

Esta cautela tem seus motivos. Em primeiro lugar, pelo menos enquanto a tendência da Constituinte em torno do mandato não estiver claramente cristalizada, a caneta de Sarney ainda é poderosíssima. Não convém a um partido como o PMDB afrontá-la, até porque os governadores dependem da União para sobreviver financeiramente. Da imagem junto ao eleitorado, cuida a facção histórica. Aliás, sempre foi assim no PMDB: há uma ala mais avançada que toma as iniciativas e provoca a reação popular. A retar-

guarda, quando não consegue negociar, simplesmente termina aderindo.

E justamente pela reação das ruas e seu efeito cascata sobre os constituintes que Ulysses está aguardando. Muito sintomaticamente, ele deixou de falar na inversão da pauta de votações, certo de que o tempo trabalha contra os interesses do Palácio do Planalto.

Mas é também o tempo que pode inviabilizar a realização de eleições este ano. Se a Constituinte prolongar-se além das expectativas, Sarney ganhará de graça mais um ano de permanência no poder — e a caneta continuará funcionando. O presidente do PMDB sabe disso e não pretende provocar um confronto prematuro que pode se revelar inócuo.

Ao invés de radicalizar, o deputado Ulysses Guimarães optou por uma política de distanciamento lento, seguro e gradual. Não briga com Sarney mas também já não trabalha para sua permanência no Planalto. Não entrega os cargos, mas também não indica novos ministros. Ao mesmo tempo, acena com compensações para manter o segmento autêntico dentro do partido. No momento adequado, garante seu amigo, Ulysses voltará a sintonizar-se com a opinião pública. Já aí, quem sabe, na condição de virtual candidato peemedebista à Presidência da República.



Faccioni

Amaral vence mas Faccioni impõe conduta

Os deputados Amaral Netto (RJ) e Victor Faccioni (RS) disputam hoje, às 10hs, a liderança do PDS na Câmara. Amaral está reeleito, mas Faccioni atinge seu objetivo: o PDS se comprometeu a fazer uma oposição definida ao presidente José Sarney.

O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), fará hoje, da tribuna do Senado, um discurso analisando o Governo Sarney e encarecendo a necessidade de serem apuradas as denúncias de corrupção. Deverá abordar, também, a insatisfação na área militar.

ATRITOS

A reunião da bancada do PDS na Câmara foi precedida pela renúncia do deputado Adylson Motta (RS) da vice-liderança do partido. Ele teve, na sessão da Câmara pela manhã, um atrito com o deputado Gerson Peres (PA), que protestou contra o comparecimento do PDS a uma reunião com os líderes de esquerda para tratar da regulamentação do acesso dos partidos às rádios e TVs. Gerson não aceita diálogo com os comunistas.

O deputado Henrique Córdova (SC) observou, no início, que o partido estava sendo prejudicado com o noticiário de que o líder Amaral Netto havia feito negócios com o Governo. Acentuou que fora interpellado em Santa Catarina e não soubera o que responder. Amaral frisou que tinha um acervo filmográfico de interesse da área cultural e sua firma, atualmente dirigida por um filho, a vendera ao MEC e ao Ministério das Minas e Energia. O preço fora muito inferior ao do mercado e não obtiveram nenhuma vantagem especial. Córdova deu-se por satisfeito.

O deputado Victor Faccioni enfatizou a necessidade de o partido revisar sua posição, já que não vem fazendo uma oposição aguçada, como devia, ao presidente José Sarney. A culpa era das bancadas, especialmente a da Câmara, mais numerosa. Ele não pretendia disputar a liderança do partido, nem fizera campanha neste sentido, mas achava que alguém tinha a obrigação de denunciar a insatisfação das bases com a apatia partidária.

O líder Amaral Netto informou que recebera, em lista assinada, o apoio de 26 dos 32 integrantes da bancada e que, por isso, considerava a questão definida. Não aceitava, porém, a sugestão de que houvesse uma divisão entre as lideranças na Câmara e na Constituinte. Essa sua posição fora comunicada ao presidente do partido, Jarbas Passarinho, que a apoiou integralmente. Como, porém, Faccioni era candidato, ficava convocada uma reunião para hoje, às 10hs.

Frase solta leva Jânio a processar JB

São Paulo — Uma pequena frase entre hífens — "Conta na Suíça, nº 333.082 — PWJ, Colcorp, Genebra" — colocada no meio de matéria sobre o manifesto à Nação, no dia do aniversário de São Paulo, levou o prefeito Jânio Quadros a requerer a instauração de procedimento criminal, contra os responsáveis pela edição do "Jornal do Brasil", do último dia 26 de janeiro.

"Frase lançada com notório intuito doloso, elvada de malícia, visando a macular, a caluniar, um homem público contra quem seus detratores jamais conseguirão provar um mínimo de deslize ao longo de uma espinhosa mas vitoriosa trajetória pública", diz o documento de queixa, preparado pelo advogado Edevaldo Alves da Silva.

"Bem é de ver que o responsável pela publicação da malsinada notícia, longe de cumprir, com sua função jornalística de informar objetiva e fielmente o público, cometeu verdadeiro estupro no seu código de ética, derivando para o ilícito penal, ao enquadrar no texto — mas fora de seu contexto — inescrupuloso período inteiramente dissociado do fulcro da informação", prossegue o documento.

Governo já prevê a decisão

TARCISIO HOLANDA
Repórter Especial

O Governo já está informado da possível adesão ao movimento pelas diretas em 88 e, portanto, pela redução de seu mandato para quatro anos, por parte do presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que teria com isso a oportunidade de se reabilitar perante a opinião pública com o chamado "beau geste", fazendo jus ao título de "Senhor Diretas", ganho na campanha popular de 84.

Alguns parlamentares amigos do presidente José Sarney dentro do Centrão já tiveram a oportunidade de chamar a atenção do ministro da Habitação, Prisco Viana, um dos arjetes do Palácio do Planalto na batalha pelo mandato de cinco anos, para a importância decisiva de que poderá se revestir o engajamento do presidente do PMDB no movimento pela realização de eleições em 88, algumas horas antes da votação da matéria.

ANALISE

Nas últimas horas circulavam informações seguras de que Ulysses já está convencido de que é conveniente para o País a

realização de novas eleições presidenciais em 88. Com isso, ele está certo de que se abre uma grande porta para a reconciliação do Estado com a sociedade e, ao mesmo tempo, permite-lhe conjurar as divisões internas do seu Partido, sem qualquer trauma ou abalo, acabando com a cisão que o ameaça.

Em encontros que teve com políticos de sua absoluta confiança, o presidente do PMDB fez uma análise dos últimos acontecimentos concluindo que o Governo está sofrendo "um verdadeiro processo de decomposição moral", perante a opinião pública. No caso, essa seria a versão difundida pouco importando se corresponde ou não à realidade.

Em recente reunião em sua residência da Península dos Ministros, quando se fazia uma avaliação dos estragos internos que o grupo "histórico" poderá provocar no PMDB, Ulysses desabafou: "Eu tenho uma saída para evitar isso". A saída seria a adesão do presidente do PMDB, a ser anunciada à última hora, ao movimento pelas diretas em 1988.

Do lado do Palácio, já existe a convicção de que Ulysses já não defende

mais o mandato de cinco anos. Tanto o Governo como os amigos do presidente do PMDB estão cientes de que o interesse do político paulista, entre outras coisas pela sua idade (71 anos), aponta para a eleição presidencial em 88 como sua última chance de concretizar um velho sonho de todo grande político.

O presidente Sarney também demonstra consciência a respeito dos danos morais que sofreu o Governo pelas denúncias de corrupção sobre o ex-ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, bem como as pressões exercidas por conhecidas lideranças conservadoras insistindo na necessidade da barganha de cargos por apelo na Constituinte.

Além dos aliados que ainda tem na Constituinte, o Governo sabe da importância que representa o apoio da alta hierarquia militar, que continua encarando com extrema reserva a realização de eleições presidenciais em um ano crítico como o de 1988. O fantasma de Leonel Brizola ainda continua aí, vivo. Sabe-se nos meios ligados ao Planalto que figuras importantes da área militar estudam com afinco e seriedade a tese de realização de eleições gerais este ano.

Maciel acha que regime não muda

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), afirmou ontem, após a reunião dos presidencialistas, que não haverá mudança de sistema de Governo, mas em compensação o mandato do presidente José Sarney será de quatro anos.

Preocupado com o avanço dos parlamentaristas, Marco Maciel convocou nova reunião para a próxima segunda-feira, quando será acertada a participação de políticos como Leonel Brizola e Aureliano Chaves, prováveis candidatos a presidente.

FÓRMULAS

A reunião desfez o pessimismo anterior. A impressão dominante, inclusive de Maciel, era de que se a votação fosse hoje o sistema parlamentarista seria aprovado ainda que por diferença pequena. Levantamento realizado ontem indicou, no entanto, que o

presidencialismo tem cerca de 300 votos.

Não há, porém, ainda uma definição do novo presidencialismo. O sistema atual é considerado muito centralizador. O objetivo é encontrar uma proposta que permita, na opinião de Maciel, uma equipotência de poderes, sem limitar excessivamente as atribuições do Presidente da República.

Entre as sugestões para o presidencialismo mitigaído, a que encontra maior receptividade é a do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), presidente do Senado, pela qual o presidente nomeia livremente os ministros, mas estes podem ser destituídos pelo Congresso. Os ministros poderão receber voto de desconfiança, sendo obrigados a deixarem os cargos.

QUATRO ANOS

A intenção do senador Marco Maciel é de convo-

car para a reunião de segunda-feira alguns políticos que defendem o presidencialismo, como o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) e o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que estão naturalmente contidos. Acha Maciel que, mesmo com a maioria praticamente assegurada, os presidencialistas precisam desencaixar, desde logo, uma contra-ofensiva porque os parlamentaristas estão organizados.

Não acredita o presidente do PFL que o desgaste do Governo, considerado inevitável, prejudique os presidencialistas. Mas, o senador Afonso Arinos (PFL-RJ), vai apresentar uma questão de ordem declarando a preferência dos presidencialistas anti-regimental. Seu argumento é de que, isoladas, nenhuma das propostas presidencialistas obteve as 280 assinaturas necessárias para ter preferência de votação.

GIVALDO BARBOSA



Maciel coordena reunião dos presidencialistas para intensificar o lobby